



TCESP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-9



Processo : TC-001244.989.21-6

Entidade : Prefeitura Municipal de Ibiúna

Assunto : Acompanhamento Especial – **COVID-19**
Processo de Contas Anuais - TC-007201.989.20-9

**Período
examinado** : Fevereiro/2021

Responsável : Sr. Paulo Kenji Sasaki (Prefeito)

CPF nº : 122.549.228-90

Relatoria : Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Instrução : UR-9 / DSF- II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.3,

Este processo foi autuado com o objetivo de instruir fatos relacionados à gestão municipal das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus (Covid-19), sem prejuízo de eventuais análises abrigadas em autos próprios/específicos, o que, se for o caso, será anotado no decorrer do presente.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, que foram efetivados remotamente, por meio de ferramentas e sistemas disponíveis, considerando as seguintes fontes:

- a. Normas expedidas no âmbito federal, estadual e municipal regulamentando as ações de combate à pandemia citada;
- b. Questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” desenvolvido por este e. Tribunal de Contas e respondido pela Origem;
- c. Comunicados, Notas Técnicas e demais orientações exaradas por esta E. Corte de Contas;



- d. Análise de dados carregados nos sistemas disponíveis à Fiscalização, tais como Sigeo, Sistema Audesp, entre outros;
- e. Pesquisas aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados e outras fontes da rede mundial de computadores;
- f. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade.

O presente relatório visa apresentar as análises efetuadas pela Fiscalização, considerando a relevância do tema, sob a ótica dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Preliminarmente, informamos que houve alteração, pela Fiscalização, nas questões 45.3, 47 e 56.1 do Questionário inicialmente apresentado pelo órgão referenciado, em decorrência da atividade de validação, conforme informações obtidas junto à Origem (**Documento 6**).

A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal no “Questionário de Enfrentamento da Covid-19” (Documento 1 – fls. 27/28), segue a estatística acumulada até o mês em referência:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	2858
Número de casos em análise da Covid-19	73
Número de casos descartados da Covid-19	1455
Número de casos confirmados da Covid-19	1179
Número de casos recuperados da Covid-19	1060
Número de óbitos confirmados de Covid-19	61
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	2
Número de óbitos descartados de Covid-19	5
Demanda reprimida de leitos de enfermaria (número de leitos)	3
Demanda reprimida de leitos de UTI (número de leitos)	1



A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, consoante questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” (Documento 1 – fls 3/4), a Origem informou o seguinte:

- a. Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento ao Covid-19;
- b. Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise;
- c. A Administração realiza a divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19 por meio de publicações em redes sociais na imprensa oficial do Município;
- d. Foi elaborado Plano Municipal de Enfrentamento à Covid-19;
- e. Existem instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento ao Covid-19;
- f. O Município, de forma recorrente, não está divulgando todos os atos, receitas e despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, não atendendo, com isso, o estabelecido no Comunicado SDG nº 18/2020, pois referido sítio esteve indisponível para consulta até o dia 17 do mês em debate (Documento 2).

Ademais, em consulta realizada em 10/3/2021 ao endereço eletrônico informado¹, verificamos a impossibilidade de acesso. Em pesquisa no sítio oficial do Órgão, observamos a existência de outro portal, contudo sem qualquer dado das receitas e despesas atinentes ao combate à pandemia destacadas das demais, persistindo a Origem, portanto, no descumprimento retro mencionado (Documento 3 – fls. 2/5).

A.3. VACINAÇÃO

Para evidenciar a situação da vacinação no Município, consoante questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” (Documento 1 – fls. 33/42), seguem dados referentes ao período examinado:

¹ Conforme resposta ao item 4.1 do Questionário (Documento 1 – fls. 4): <https://portaltransparencia.4rtcc.com.br/wpportal.aspx?194,vT8cVVHZczq4268HiQxVtg>, acesso em 10/3/2021 (Documento 3 – fls. 1).



DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Existe Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19?	Sim
Quantidade de vacinas Covid-19 recebidas do Governo Estadual e/ou Federal até o último dia do mês de referência deste questionário:	7023 doses
Existe cadastramento municipal do público prioritário para vacinação – Covid-19?	Sim²
Houve vacinação contra a Covid-19 no município, até o período em análise?	Sim
Existe controle de possíveis contaminações por Covid-19 de pessoas vacinadas (resistência viral)?	Não
Percentual entre pessoas vacinadas total e pessoas contaminadas por COVID-19, mesmo após a vacinação:	Prejudicado

Muito embora a Origem informe no questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” a existência de cadastro municipal do público prioritário, os números apresentados, atinentes aos grupos de “Idosos” e “Profissionais da Saúde”, foram divergentes do informado no mês de janeiro³, impedindo uma aferição objetiva pela Fiscalização da evolução do Plano Municipal, como pode-se verificar no quadro abaixo:

Vacinação (Previsto X Realizado)				
Grupos	Doses	Previsto	Realizado	Diferença
Profissionais da Saúde	1ª dose	1317	1318	-1
	2ª dose	1317	1233	84
Idosos	1ª dose	28	1316	-
	2ª dose	28	307	Prejudicado
Idosos em instituições de longa permanência	1ª dose	Prejudicado	77	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
Pessoas a partir de 18 anos com deficiência em residências inclusivas	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Profissionais do corpo técnico de instituições(longa permanência e inclusivas)	1ª dose	Prejudicado	154	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado

² Conforme informado, apenas de profissionais da saúde e idosos acamados.

³ Vide Evento 16.3 – fls. 4.



Indígena e quilombolas	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Profissionais da educação	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Moradores de rua (abaixo de 60 anos)	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado

A Origem informou, e a Fiscalização constatou, ainda, o que segue:

- Foram recebidas vacinas Covid-19 do governo estadual e/ou federal no mês em referência;
- Até o momento, a quantidade de vacinas Covid-19 recebidas do governo estadual e/ou federal correspondeu a 7023 doses. Conforme quadro acima, verificamos a aplicação de 4405 doses. Considerando a reserva de 1325 para a 2ª dose dos indivíduos que ainda não a haviam recebido (18,9%), restam 1293 doses pendentes de aplicação (18,4%) o que, combinado à falta de refrigeradores para armazenamento, relatado no item “h”, adiante, representa potencial risco de perda/inutilização do imunizante;
- Houve previsão de vacinação – Covid-19 em domicílio para pessoas do grupo de risco;
- Não existe plano de cadastramento e acompanhamento da evolução do quadro clínico das pessoas vacinadas⁴;
- O Município não realizou, por ação própria, a aquisição de vacinas Covid-19 no mês de referência deste questionário;
- O Município não realizou, por ação própria, a aquisição de seringas e/ou agulhas para fins específicos de vacinação Covid-19 no mês de referência deste questionário;
- Houve treinamento para as equipes de saúde que estão atuando na vacinação;
- Não existe na rede municipal refrigeradores suficientes para o armazenamento das vacinas COVID-19 (+2°C a +8°C), o que, combinado com o anotado no item “b”, supra, representa potencial risco de perda/inutilização de doses de imunizante recebidas;

⁴ Tendo em vista o cadastramento apenas de profissionais da saúde e idosos acamados.



- i. Existe campanha municipal para esclarecimentos sobre a vacinação à população.

C. AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS

C.1. EXAME DE CONTRATAÇÕES COM BASE NO DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA

A Origem informou e a Fiscalização constatou as seguintes irregularidades quanto à contratação em epígrafe:

- Realização de compra direta, no valor de R\$ 40.390,00, visando a aquisição de 2000 testes rápidos de Covid-19 IGG/IGM (Documento 4).

Constatamos a precariedade da pesquisa de preços realizada pela Origem, contemplando apenas consulta a sítios na *internet*⁵, os quais, por realizarem vendas ao consumidor final (varejo - caixas com 20 a 40 testes), não correspondem ao preço de mercado para a aquisição intentada (2000 testes). Ademais verificamos discrepância entre o preço unitário pago (R\$ 20,195) e os praticados em outras contratações de municípios da região⁶, em oposição ao princípio constitucional da economicidade e ao disposto no *caput* do artigo 3º e ainda ao inciso III do § único do artigo 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Existência de demanda reprimida de leitos de enfermaria e de Unidade de Tratamento Intensivo – UTI;

A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO: Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na equipe multidisciplinar ou comitê de crise; indisponibilidade de acesso aos dados no Portal da Transparência Municipal (**reincidência**);

⁵ Documento 4 – fls. 7/9.

⁶ R\$ 7,90 e R\$ 6,99 - vide Documento 5.



A.3. VACINAÇÃO: O cadastramento municipal do público prioritário para vacinação não é fidedigno; não existe plano de cadastramento e acompanhamento da evolução do quadro clínico das pessoas vacinadas; alto percentual de vacinas não aplicadas, combinado à insuficiência de refrigeradores, gerando risco potencial de perda/inutilização do imunizante;

C.1. EXAME DE CONTRATAÇÕES COM BASE NO DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA: Incompatibilidade do preço ajustado com o praticado no mercado.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.3 - Sorocaba, 12 de março de 2021

Mariana de C. Pires T. Albuquerque
Agente da Fiscalização